CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0300/81 (PROC. DREC Nº 4100/80)
INTERESSADO : EPSG "SÃO JOSÉ" - MOGI MIRIM
ASSUNTO : Regularização da vida escolar de BENEDITA MARIA LEONELO RIBEIRO (Convalidação de atos escolares)
RELATOR : Consº JOAQUIM PEDRO VILAÇA DE SOUZA CAMPOS
PARECER CEE Nº 0801 /81 CEPG Aprov. em 20 / 05 /81

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

A EPSG "São José" de Mogi Mirim, de São Paulo, jurisdicionada à DE de Mogi Mirim - Delegacia Regional de Ensino de Campinas, solicita a Excelentíssima Senhora Presidente do Conselho Estadual de Educação a regularização da vida escolar da aluna BENEDITA MARIA LEONELO RIBEIRO, nascida a 01 de Junho de 1950, em Itapira-Estado de São Paulo.

A aluna foi matriculada em 1977 na 7ª série do 1º Grau, por transferência na EPSG "São José" de Mogi Mirim, vindo a concluir o 1º Grau em 1978, na mesma escola, sem haver cursado a disciplina Educação Moral e cívica.

O fato ocorreu porque a aluna interrompeu seus estudos de 1968 até 1977. A época em que cursou a 5ª e a 6ª séries, ainda não havia sido a disciplina introduzida nos estudos de 1º Grau.

A disciplina Educação Moral e cívica foi instituída como disciplina obrigatória pelo Dec. Lei nº 869/69, regulamentada pelas Res. SEE nºs 14/70, 18/70, 19/70 e 15/71. A determinação de que fosse ministrada nas 2ª séries do 1º Grau foi regulada pela Res. SEE nº 23/71 e em 1972, esta orientação foi reconfirmada pelo Comunicado CEMC nº 1/72.

2. APRECIÇÃO:

Trata o caso em tela de uma aluna que tendo interrompido seus estudos em 1968 ao nível de 6ª série do 1º Grau, retornou a escola em 1977 e, cursando as 7ª e 8ª séries em 1977 e 1978 respectivamente concluiu seus estudos de 1º Grau. A escola que recebeu a matrícula, no entanto, não atentou para o fato de que a aluna havia cursado a 5ª e a 6ª séries antes do Decreto Lei 869/69 e que, portanto, reiniciando seus estudos interrompidos, deveria ter feito as necessárias adaptações. É evidente que a Lei não tem efeito retroativo, mas no caso presente a alu-

PROCESSO CEE Nº 300/81 PARECER CEE Nº 0801 /81 (fls.2.)

na não havia ainda concluído seus estudos ao nível de 1º Grau, e retornando aos estudos deveria ter realizado as adaptações necessárias. A escola no entanto nada exigiu e a aluna prosseguiu seus estudos com regularidade e está hoje matriculada na 2ª série do 2º Grau onde certamente deveria ter cursado a disciplina Educação Moral e cívica. A leitura do Art. 2º do Decreto Lei nº 869/69 permite-nos entender a finalidade com que a disciplina foi introduzida no currículo das escolas de 1º e 2º Graus do País. Trata-se "do preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum". A Resolução SEE nº 23/71, publicada no Diário Oficial de 24/04/71, diz no seu artigo 2º: "A Educação Moral e Cívica será ministrada, na segunda série de cada ciclo, com duas aulas semanais, além da disciplina de Organização Social e Política do Brasil, que continuará sendo obrigatória na última série de cada ciclo, com igual carga horária semanal". Ao resolver assim, teve certamente o autor da resolução o objetivo de dar ao aluno essa formação em uma determinada fase da sua educação formal.

Atualmente, a aluna BENEDITA MARIA LEONELO RIBEIRO já conta com trinta anos de idade e está cursando o 2º Grau na Habilitação Magistério, onde terá a oportunidade não só na disciplina Educação Moral e cívica, mas em todas as outras, de completar a sua formação cívica e moral.

Tendo em vista a situação excepcional, somos de parecer que de nada ou de muito pouco valeria nessa altura dos acontecimentos exigir-se da aluna exames especiais da disciplina.

Esse Conselho, através do Parecer nº 0512/80 do ilustre Conselheiro JOÃO BAPTISTA SALLES DA SILVA, já tem orientação firmada em casos excepcionais.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, e em caráter excepcional, convalidam-se os estudos de BENEDITA MARIA LEONELO RIBEIRO, realizados na EPSG "São José", nos anos de 1977 e 1978, bem como os atos escolares subsequentes. Fica a EPSG "São José" autorizada a expedir o respectivo certificado de conclusão do 1º Grau.

São Paulo, 29 de abril de 1981

a) Consº JOAQUIM PEDRO VILAÇA DE SOUZA CAMPOS
Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: Amélia Americano Domingues de Castro, Gérson Munhoz dos Santos, Jair de Moraes Neves, João Baptista Salles da Silva, Joaquim Pedro Vilaça de Souza Campos, Roberto Moreira e Honorato De Lucca.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 29 de abril de 1981.

- a) Consº JOÃO BATISTA SALLES DA SILVA
Presidente de acordo com o Art. 13 do Par. 3º do Reg. CEE.

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 20 de maio de 1981

- a) Consª MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente